

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.702 - SP (2019/0015136-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : KATIA REGINA DA ROCHA PACHECO  
**ADVOGADOS** : ERICSON CRIVELLI E OUTRO(S) - SP071334  
SARA TAVARES QUENTAL - SP256006  
FELIPE ANTONIO LANDIM FERREIRA - SP270497  
FERNANDA NICOLELLA LEMES - SP289730  
**AGRAVANTE** : FUNDACAO SAUDE ITAU  
**ADVOGADOS** : RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910  
FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS - RJ148512  
MARCELA DE ABREU QUINTANILHA - RJ179572  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manifestado por Fundação Saúde Itaú contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

Agravo de instrumento. Plano de saúde coletivo. Ex-empregado aposentado. Ação cominatória movida por ex-empregado contra entidade operadora de plano de saúde coletivo de autogestão (Fundação Saúde Itaú). Pretensão que tem origem em relação laboral. Competência da Justiça do Trabalho para dirimir o conflito, conforme posição sedimentada pelas Primeira e Segunda Seção do C. Superior Tribunal de Justiça.

Reconhecimento, de ofício, da incompetência da Justiça Comum, com a manutenção da liminar e consequente determinação do envio dos autos à Justiça Especializada.

Recurso não conhecido, com determinação.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 42, 46 e 64, §§ 1º e 4º, do Código de Processo Civil, sob o argumento de que não há razão para que a causa seja julgada pela justiça laboral.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O Tribunal local concluiu que, "não sendo a ex-empregadora mera estipulante do contrato de plano de saúde, mas, em verdade, sua mantenedora e administradora, a discussão acerca da manutenção de ex-funcionário como beneficiário

possui relação direta com o contrato de trabalho extinto" (e-STJ, fl. 166).

Sendo, de fato, a ex-empregadora mantenedora do plano de saúde, não se trata de contrato civil, mas de trabalho, cujas questões relacionadas a ele devem mesmo ser processadas e julgadas na justiça laboral.

Assim:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - PLANO DE SAÚDE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de ser competente a Justiça do Trabalho para dirimir lide referente à assistência médica fornecida como benefício acessório ao contrato de trabalho. Precedentes. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1556751/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/6/2017, DJe 22/6/2017)

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora